

TRABALHO COLABORATIVO CORROBORANDO COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Carla Flissak Wictor ¹
Sandra Salete de Camargo Silva ²

RESUMO

Estudo advindo da participação do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, da Universidade Estadual do Paraná – campos de União da Vitória, assim como das reflexões decorrentes do grupo de estudo Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão - EPEDIN. A partir de leituras e análises se tem o questionamento: qual a importância do trabalho colaborativo na consolidação/garantia da Educação Inclusiva? Assim como objetiva-se: Compreender a importância do trabalho colaborativo na perspectiva da Educação Inclusiva. O movimento transcorrente na educação inclusiva advém de muitas perspectivas, sejam elas sociais, econômicas e da educação, almejando que o sujeito de direito seja reconhecido como um cidadão ativo da sociedade. Destacamos que no contexto educacional consolidasse com maior efetividade a Educação Inclusiva por meio de um trabalho colaborativo, onde o planejar se dá em conjunto em prol de um mesmo objetivo, centrando-se na plena aprendizagem, onde sua assertividade é impactante de forma potente na garantia de direitos desse sujeito protagonista do processo de ensino e aprendizagem. Acrescenta-se que um olhar embasado nas especificidades contidas no contexto educacional, são articuladas no planejar colaborativamente, contemplando as necessidades de cada um, trazendo uma maior chance de desenvolvimento pleno, onde a reflexão se faz presente na dinâmica docente e discente, articulando o pensar crítico, buscando a garantia de uma educação de qualidade com vistas as peculiaridades de cada criança.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Planejamento, Trabalho colaborativo.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem uma caminhada em constante movimento, cada vez mais se consolidando com conquistas e aporte nas políticas públicas que visam assegurar o direito de todos e todas a uma educação de qualidade, cada vez mais na perspectiva da equidade, articulando-se a valorização das especificidades e da demanda advinda do contexto do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido constatamos também que a prática pedagógica precisa de uma reorganização da ação docente, sendo que o trabalho colaborativo emerge como estratégia

¹ Mestranda do programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, supervisora do CMEI de União da Vitória e docente da pré-escola de Porto União, Participa do Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação Direito e Inclusão da Unespar (EPEDIN/GEPPRAX) <http://lattes.cnpq.br/2648547680061412> e-mail: ana.wictor.unespar.t4@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Docente associada da Unespar - PR, docente associada dos cursos de Direito e Pedagogia do Campus de União da Vitória da UNESPAR, docente permanente do PROFEI, com formação em Pedagogia e Direito, Mestrado e Doutorado em Educação. Coordena o Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação Direito e Inclusão da Unespar (EPEDIN/GEPPRAX) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/704428132405531> E-mail: sandra.salete@unespar.edu.br.

essencial no sentido da corresponsabilidade entre os profissionais da educação, fortalecendo o diálogo, a reflexão e construção coletiva do conhecimento. Portanto é por meio do planejamento colaborativo que é um instrumento que possibilita o repensar pedagógico, favorecendo ações que instiguem a participação de forma contextualizada e na ótica da demanda que se desenvolve o processo de ensino e aprendizagem nas ações pedagógicas com vistas as especificidades de todos e todas.

O trabalho colaborativo por meio do instrumento: planejamento colaborativo, contribuem para a consolidação de práticas inclusivas no contexto escolar, evidenciando a importância do coletivo na efetivação de uma educação que tenha um olhar a garantia da aprendizagem de forma equitativa.

METODOLOGIA

Consolida-se o estudo com fundamentação teórico-científico. Afirma-se que a metodologia que permeou a pesquisa foi a bibliográfica, buscando respaldo em autores da temática e articulando a veracidade da questão que se propõe explicar. Deste modo, ressalta-se que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...] (Gil, 2008, p. 50).

Assim, pontua-se que o processo investigativo foi por meio da abordagem teórico-bibliográfico que se alicerça o respaldo científico decorrente da pesquisa com este viés, articulando um levantamento das produções teóricas e possibilitando uma reflexão crítica sobre perspectivas voltadas à educação inclusiva, com um delineamento do trabalho colaborativo por meio do planejamento colaborativo.

Como procedimentos metodológicos tem-se a seleção e análise de produções científicas, que discutem trabalho colaborativo, planejamento colaborativo e educação inclusiva. Desta maneira possibilitando compreender a importância do trabalho colaborativo com vistas a educação inclusiva. Articulando um olhar teórico reflexivo nessa perspectiva, priorizando o diálogo que favoreça as práticas inclusivas.

Portanto a metodologia adotada possibilitou uma compreensão aprofundada da importância do trabalho e do planejamento colaborativo para a efetivação da educação

inclusiva, articulando um movimento constante e reflexivo. Assim, sustentando a construção de um olhar crítico sobre as práticas pedagógicas, reafirmando a importância do delineamento em favor de um mesmo objetivo orientando assim uma escola verdadeiramente inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva no Brasil é marcada pelo movimento constante em direção a avanços e conquistas, de forma a buscar consolidar a inserção social de qualidade da pessoa com deficiência, de modo que: “[...] é um fato recente, que poderíamos datar de 1988 [...]” (Heredero, 2010, p. 193), sendo que conquistas advindas das lutas já permeiam a ótica desse contexto social e da educação.

O delineamento da educação inclusiva perpassou por compreensões do olhar o sujeito de direito, apresentando práticas excludentes, onde a pessoa com deficiência era afastada do contexto social e da educação. Subsequentemente se deu lugar à segregação, que foi um avanço com a criação de instituições e classes especiais, começando a direcionar atendimento de acordo com as especificidades, porém ainda separando e delimitando um contexto onde se propunha distinção entre as pessoas com ou sem deficiência.

Para melhor compreensão desse percurso histórico temos a figura abaixo que demonstra a exclusão e a segregação:

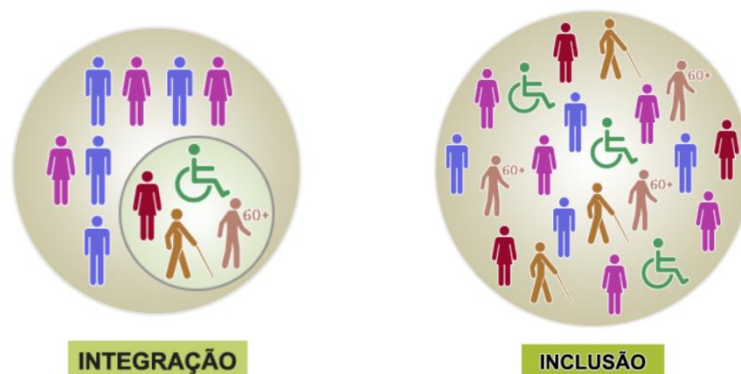


Fonte: Guiadoeducadorinclusivo (2025).

Portanto observa-se que o processo de lutas advindas de movimentos em prol as conquistas sociais, de direitos e na perspectiva da educação reflete mudanças e transformações. Em seguida se há um direcionamento ao movimento de integração do sujeito de direito, buscando inseri-lo no espaço escolar comum, porém esse protagonista que deveria se adaptar aos métodos e delineamentos que ali existiam. Assim, ainda se percebe que não é ofertado um

sentido adequado e o movimento em busca de conquistas continua, de modo a estar trilhando uma orientação à consolidação da inclusão, onde se propõe a mudança de paradigma, valorizando as especificidades, tornando o sujeito de direito protagonista, de modo a delinear práticas pedagógicas que garantam a participação e a aprendizagem de todos e todas.

A seguir, apresenta-se uma figura que ilustra a integração e inclusão no contexto educacional:



Fonte: Guiadoeducadorinclusivo (2025).

Reitero que a educação inclusiva está em constante movimento, não se pode dizer que é um processo acabado e que é perfeito, no entanto, são lutas em prol de condições adequadas que advém constantemente da caminhada histórica que se tem no contexto social e educacional, cada vez mais direcionando-se ao pertencimento da pessoa com deficiência, assim: “[...] A inclusão não é apenas incluir dentro do contexto escolar e/ou social, mas é dar pertencimento, acessibilidade, suporte, acesso, permanência e participação com qualidade [...]” (Silva; Sachinski, 2022, p. 45).

Desta maneira, buscando uma participação com qualidade do sujeito de direito no contexto educacional. Nesse sentido, (Damiani, 2008) pontua que escolas que tem culturas colaborativas tendem a ser mais inclusivas, assim, precisamos explicar sobre o delineamento que se dá por meio do trabalho colaborativo na perspectiva da educação inclusiva no viés da plena consolidação. Sendo que por trabalho colaborativo entende-se que “[...] todos os componentes compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto [...]” (Damiani, 2008, p. 214).

Mediante essa concepção, estabelece-se a corresponsabilidade do desenvolvimento no ensino e aprendizagem, uma vez que “[...] envolve um trabalho de parceria em sala de aula entre o professor regente de sala de aula e professor de AEE” (Capellini; Zerbato, 2019, p. 35). Deste modo, fortalece-se a educação inclusiva, pois o compromisso coletivo mantém-se

orientado pelo viés do reconhecimento e valorização dos diferentes ritmos de aprendizagem, sendo este processo verdadeiramente inclusivo. Portanto,

“[...] o melhor caminho a ser seguido é aquele em que a equipe escolar se compromete conjuntamente, busca entender as demandas de seus estudantes e do seu contexto escolar e respeita os ritmos e estilos de aprendizado [...]” (Capellini; Zerbato, 2019, p.26-27).

Nessa conjuntura o comprometimento coletivo fortalece o sentido de pertencimento do estudante e possibilitando a construção de práticas pedagógicas assertivas, pois amplia-se a reflexão sobre a ação educativa, delineando o olhar as especificidades, favorecendo estratégias voltadas a educação de qualidade e de equidade para todos e todas.

Deste modo, Stopa pontua que:

A edificação de um ambiente colaborativo escolar tem se mostrado como importante suporte e apoio às complexidades que envolvem a construção de um ambiente escolar efetivamente inclusivo, que congrega uma série de demandas, dentre elas a existência de um bom ensino a todos os alunos, independentemente de suas especificidades (Stopa et al., 2022, p.12).

Nessa premissa, é o trabalho colaborativo que respalda o agir diário que permeia um mesmo objetivo se efetivando quando realizado por meio do planejamento colaborativo, destacando que “[...] é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social” (Libâneo, 2017, p. 350).

Nesse seguimento evidencia-se a necessidade de repensar continuamente as práticas pedagógicas e o planejamento colaborativo que é a ferramenta estratégica capaz de possibilitar a integração de diferentes perspectivas de reflexão crítica sobre a demanda advinda do cotidiano escolar, revisando e aprimorando o agir diário, rejeitando ideias prontas e acabadas, direcionando-se colaborativamente no sentido de contextualizar de forma significativa o enfrentamento dos desafios advindos da educação inclusiva. Portanto temos:

O planejamento colaborativo como fator de intervenção na realidade [...] é uma oportunidade de repensar as práticas educativas, possibilitando que os sujeitos rejeitem concepções e ideias dadas como prontas e acabadas, racionalidades de tipo positivistas, variando de acordo com as condições objetivas, peculiares (Gama, 2016, p. 79).

Assim, o engajamento coletivo por meio da estratégia do planejamento colaborativo advindo do trabalho colaborativo consolida-se como elementos para a efetivação de práticas pedagógicas na perspectiva da equidade essencial à educação inclusiva. Bem como, ao compartilhar responsabilidades com vistas às especificidades do contexto educacional, articulando o diálogo e a possibilidade da reflexão se tem uma dinâmica contínua no processo de ensino e aprendizagem para todos e todas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao buscarmos discorrer sobre a educação inclusiva, ressaltamos que ela está em constante movimento, com o propósito de consolidar-se a cada dia de forma assertiva, porém ainda tem muito a trilhar no sentido da garantia de direitos ao sujeito de direito.

Compreende-se que o planejamento construído de forma coletiva fortalece o vínculo entre os profissionais, amplia a compreensão sobre as necessidades educacionais dos estudantes, articulando a corresponsabilidade no processo de ensino e aprendizagem com ações mais inclusivas, onde tem seu delineamento a partir de um objetivo comum, almejando a consolidação de uma educação de qualidade para todos e todas.

Portanto, a pesquisa reafirma que a educação inclusiva se concretiza na medida em que o planejamento e o trabalho colaborativo se tornam parte da cultura escolar, orientando práticas pedagógicas pautadas no respeito, na equidade e na valorização das diferenças, bem como, do diálogo, escuta e compartilhamento de saberes entre os profissionais do contexto educacional.

Deste modo o planejamento colaborativo é um instrumento que possibilita as reflexões coletivas sobre o fazer pedagógico e impulsiona mudanças significativas nas ações para com as práticas pedagógicas, assim, reitero o fortalecer da corresponsabilidade e o compromisso com a aprendizagem de todos e todas. Logo, reafirma-se que a inclusão se efetiva quando a escola se constitui como um espaço de colaboração, respeito e reconhecimento a necessidade do olhar as especificidades, tornando-se, de fato, um ambiente favorável a demanda do sujeito de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões advindas deste estudo destacam que a efetivação da educação inclusiva está ligada diretamente ao fazer de maneira coletiva com construções de práticas pedagógicas pautadas na colaboração e na corresponsabilidade. Sendo que, o trabalho colaborativo mostrou-

se um aspecto fundamental para possibilitar e fortalecer o delineamento em direção a um mesmo objetivo por meio do planejamento colaborativo, fortalecendo o vínculo entre os profissionais da educação, provocando espaços de diálogo, escuta e troca de experiências que potencializam o desenvolvimento de ações reflexivas com vistas ao processo de ensino e aprendizagem para todos e todas.

Salienta-se que o planejamento colaborativo configura-se como um instrumento fundamental para refletir o fazer pedagógico, integrando as diversas demandas que compõem o contexto escolar, possibilitando com vistas às necessidades do processo de ensino e aprendizagem intervenções assertivas. Contribuindo significativamente para um espaço que valoriza e se compromete com a aprendizagem na perspectiva inclusiva.

Conclui-se que a educação inclusiva vai além da presença física do sujeito de direito, envolvendo uma mudança de cultura, necessitando da reflexão sobre a ação, de maneira colaborativa entre os profissionais da educação com vistas a inclusão. Portanto, o trabalho e o planejamento colaborativo constituem caminhos indispensáveis para o fortalecimento e possibilidades para uma educação verdadeiramente inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a orientadora Sandra Salete de Camargo Silva, que com sua sabedoria direciona-me a aprimorar as pesquisas no campo da Educação Inclusiva; Ao Programa de Pós-Graduação PROFEI, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva pela oportunidade de ampliar os conhecimentos enquanto professora de Educação Básica e pesquisadora; Ao coletivo do EPEDIN - Espaço de Estudos e Pesquisa em Educação, Direito e Inclusão pelas trocas de conhecimentos, compartilhamento de experiências em rede de colaboração; Ao Conedu 2025 por me oportunizar esse espaço para apresentar minha pesquisa e publicá-la.

REFERÊNCIAS

CAPELLINI, V. L. F.; ZERBATO, A. P. **O que é ensino colaborativo**. São Paulo: Edicon, 2019.

DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/FjYPg5gFXSffFxr4BXvLvYx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GAMA, M. L. **Planejamento educacional e formação de professores: práticas, sentidos e significados**. Curitiba: mAppris, 2016.



GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIA DO EDUCADOR INCLUSIVO. **Capítulo 1 – Inclusão**: o que é? 2017. Disponível em: <https://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/capitulo-1>. Acesso em: 3 ago. 2025.

HEREDERO, E.S. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela**: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/125135/ISSN2178-5198-2010-32-02-193-208.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 30 de dez. 2024.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6 ed. São Paulo: Heccus Editora, 2018.

SILVA, A. L. de C. ; FREITAS, M de; PRADO, T. A. NEPEDIN agora é EPEDIN: Pegadas por uma rede colaborativa pela inclusão. In: SILVA, S. S. de C.; SACHINSKI, I. **EPEDIN**: uma década de percursos, percalços e avanços inclusivos. Curitiba: Íthala, 2022.

STOPA, P. C.; VIEIRA, S. L.; SILVA, F. C. da. **Ensino e consultoria colaborativa: da teoria à prática**. São Carlos: UFSCar, 2022.